

CONTABILIDADE GERENCIAL E TOMADA DE DECISÃO: micro e pequenas empresas e empreendedorismo em foco

Emília Portes Gomes¹
Daniele Perissé Rangel²
Liessandro Ribeiro Fernandes³

Resumo: Atualmente as micro e pequenas empresas são responsáveis por grande parcela da economia no Brasil. Muitas destas empresas surgem por meio de ideias inovadoras de pessoas com visão empreendedora. Porém, para que essas ideias obtenham sucesso quando colocadas em prática, é preciso que as decisões tomadas sejam embasadas em dados e relatórios que espelhem a verdadeira realidade da situação operacional do empreendimento. É imprescindível ressaltar a importância das MPEs e sua correlação com o empreendedorismo e a contabilidade gerencial. Para alcançar este objetivo foi usada como fonte a pesquisa bibliográfica. Este artigo mostra como a Contabilidade é detentora de ferramentas valiosas e imprescindíveis ao processo de tomada de decisão. Sendo assim, é demonstrado como as demonstrações contábeis ajudam na alavancagem empresarial e possibilita o sucesso nas negociações empresariais.

Palavras-chave: Economia. Inovação. Relatórios Contábeis

Micro e Pequenas Empresas.

As micro e pequenas empresas são formadas com objetivos variados, mas que no fim estão relacionados à industrialização e ao comércio de produtos, bens ou serviços. “O prefixo micr(o) e o adjetivo pequena designam tamanho, que, em relação a uma empresa está associado a duas principais referências: número de empregados e faturamento.” (PADOVEZE & MARTINS, 2014, p. 20)

Ainda segundo o autor, existem maneiras de diferenciar o porte de um negócio: alguns órgãos os distinguem de acordo com o número de funcionários atrelado ao segmento econômico, outros consideram apenas seu número de colaboradores, mas o que realmente vale para fins fiscais é o definido em lei que diz que o diferencial entre ME e EPP é a soma da receita bruta auferida ano-calendário anterior.

O SEBRAE (Serviço Brasileiro de Apoio às Micro e Pequenas Empresas) relaciona o tamanho com o número de empregados. Sendo assim, no setor

¹ Graduanda do Curso de Ciências Contábeis do Centro Universitário Fundação São José (UNIFSJ), em Itaperuna/RJ. E-mail: emiliaportes@hotmail.com.

² Professora do Curso de Ciências Contábeis do Centro Universitário Fundação São José (UNIFSJ), em Itaperuna/RJ. E-mail: danieleperisse@hotmail.com.

³ Professor do Curso de Ciências Contábeis do Centro Universitário Fundação São José (UNIFSJ), em Itaperuna/RJ. E-mail: sanlouveor@hotmail.com.

comercial ou de serviços, seria considerada como microempresa aquela que tivesse até 9 empregados e caso fosse do ramo industrial, seu corpo de colaboradores contaria com até 19 pessoas. Já as EPPs comerciais e de serviços seriam aquelas com um número entre 10 e 49 de empregados, enquanto as industriais teriam de 20 a 99 empregados.

Outra forma de definir ME e EPP, segundo o IBGE, é de acordo com o número de pessoas ocupadas, ou seja, desconsiderando o segmento econômico. Dessa maneira, as microempresas são consideradas aquelas que possuem até 9 pessoas ocupadas, e empresas de pequeno porte são as que empregam de 10 a 99 colaboradores.

Para fins de tributação, a definição usada é a da Receita Federal que considera microempresa aquela que extraia receita bruta igual ou inferior a R\$ 360.000,00 em cada ano-calendário. Já a receita bruta, por ano-calendário, para enquadramento como empresa de pequeno porte varia entre valores superiores a R\$ 360.000,00 e iguais ou inferiores a R\$ 3.600.000,00. Podem ser enquadrados como ME ou EPP, a sociedade empresaria, a sociedade simples, a empresa individual de responsabilidade limitada ou empresário.

1.1. Participação na Economia Brasileira

Pesquisas divulgadas pelo SEBRAE mostram que 98,4% das empresas brasileiras são formadas por pequenos negócios, sendo 41% microempresas, 9% empresas de pequeno porte e 50% micro empreendedores individuais. A pesquisa ainda destaca que são mais representativos os setores de comércio e serviços representando 42% e 37%, respectivamente, dos empreendimentos do país. Logo depois aparecem a indústria com percentual de 13%, construção civil com 7% e agropecuária (1%).

No setor comercial percebe-se como é grande atendimento às necessidades básicas visto que a maior atuação se dá no segmento de vestuário, minimercados e mercearias, autopeças, cosméticos, perfumaria e higiene pessoal e bebidas. Já no setor de serviços se destacam as lanchonetes, bares, cabeleireiros, manicure e pedicure, dentre outros. A indústria conta com confecções de roupas e também com fornecimento de alimentos preparados. Na construção civil nota-se a grande participação de obras de alvenaria, construção de edifícios, e outros. A agropecuária

conta com a criação de gado para corte e produção de leite, horticultura, etc. Souza então conclui:

De acordo com dados da Receita Federal, cerca de 30% dos pequenos negócios existentes no comércio são distribuídos em cinco atividades principais (...) o que mostra uma forte concentração dessas empresas no comércio de produtos para atendimento às necessidades básicas da população.

Outra pesquisa feita pelo SEBRAE em maio deste ano mostra que o faturamento médio dos pequenos negócios foi de R\$ 27,8 mil, e comparado ao mês anterior mostrou crescimento de 0,4%. Além disso, a estabilidade das MPEs aumentou em 1% de um mês para o outro. Assim é possível notar a força e potencial de desenvolvimento contido nessas entidades.

1.2. Benefícios Fiscais

Em face da importância econômica das ME e EPP no cenário econômico e atendendo à previsão da CF, em 14 de dezembro de 2006 foi instituída a Lei Complementar nº 123, conhecida como Lei Geral da Micro e Pequena Empresa que estabelece as normas gerais do regime especial no tocante à apuração e recolhimento de impostos e contribuições da União, dos Estados, do Distrito Federal e dos Municípios por meio de regras únicas de arrecadação e também ao que se refere ao efetivação de obrigações trabalhistas e previdenciárias, dentre outros. Padoveze & Martins (2014, p. 24) destacam:

A Constituição Federal do Brasil prevê tratamento diferenciado a pequenas empresas principalmente no que se refere às questões tributárias, e dessa forma, estimular seu crescimento e, por conseguinte, o desenvolvimento econômico e social.

Um dos benefícios é a facilidade no momento de inscrição e baixa da empresa: a lei garante custo zero para estes procedimentos assim como reduz uma série de burocracias. Outra grande vantagem é a criação do Simples Nacional: Regime Especial Unificado de Arrecadação de Tributos e Contribuições. Através do Simples é possível recolher 8 tipos de tributos e contribuições de âmbito federal, estadual e municipal em um único documento de arrecadação: IRPJ, IPI, CSLL, COFINS, PIS/Pasep, CPP, ICMS, ISS. A lei complementar dá ainda liberdade para que os

Estados e Municípios estabeleçam valores fixos para recolhimento de ICMS e ISS, e também existe possibilidade de ser instituída redução ou isenção dos tributos e contribuições.

Em seu artigo 18 a Lei 123 mostra que o valor mensalmente devido pela empresa optante pelo Simples se dará através da aplicação das alíquotas que constam nas tabelas dos anexos I a VI da referida lei. Essas alíquotas serão aplicadas sobre o valor da receita bruta do mês anterior ao da apuração. Para determinar a alíquota a ser usada, deverá ser observada a receita bruta acumulada nos 12 meses anteriores à apuração. Caso a empresa esteja em início de atividade, deverá proporcionalizar os valores de receita bruta acumulada constantes nas tabelas dos anexos ao número de meses de atividade no período.

A apuração do imposto é feita mediante aplicativo grátis disponibilizado pelo governo. Nele o contribuinte deve segregar toda sua receita bruta informando os valores decorrentes da revenda de mercadorias, tributadas conforme anexo I; as vendas de mercadorias industrializadas pelo contribuinte, tributadas pelo anexo II; das prestações de serviços especificados na lei que são tributadas conforme anexo III, dentre outros tipos de receitas. O anexo IV diz respeito à tributação das empresas do ramo de construção civil; enquanto o anexo V das Academias, administração e locação de bens imóveis de terceiros, laboratórios de análises clínicas, dentre outros e o anexo VI dos serviços de medicina, medicina veterinária, odontologia, perícia, arquitetura, etc.

Ainda segundo Padoveze e Martins (2014, p.24) tal tratamento diferenciado não é dado a todos os negócios enquadrados como ME e EPP devida a algumas restrições, como por exemplo, as vinculadas ao campo de atuação da empresa. Exceções à parte é possível perceber que através das condições favoráveis dadas para as micro e pequenas empresas pela legislação brasileira, é esperado que um empreendimento aberto como Micro Empreendedor Individual se desenvolva tanto a ponto de ultrapassar o estado de EPP, causando impacto positivo no desenvolvimento da economia do país.

2. Empreendedorismo

Grandes empresas e pequenos negócios possuem um ponto em comum: ambas geram riqueza não só para os proprietários ou acionistas. Elas fornecem

empregos, pagam alugueis, impostos, juros... ainda compram insumos e os transformam em produtos ou serviços úteis à população elevando seu padrão e qualidade de vida. Ou seja, em apenas uma empresa temos várias partes interessadas, que são os empregados e os acionistas que esperam por constantes melhorias, além dos clientes, fornecedores, familiares dos funcionários, e até mesmo o próprio governo. (MAXIMINIANO, 2012)

Em sua obra, Biagio (2012, p. 3), define empreendedorismo:

Definindo tecnicamente, empreendedorismo é a área do conhecimento dedicada a estudar processos de idealização de empreendimentos, destacando tanto o valor de uma ideia como a sua capacidade de agregar valor ao que já existe (produto e processo)

Para Mariano e Mayer (2011), o Brasil ainda é um país de renda média e as pessoas encontram dificuldades em encontrar um emprego formal. Para fugir do desemprego e obter renda muitas optam pelo empreendedorismo. Mas, além disso, existem aquelas pessoas inovadoras que empreendem por identificar boas oportunidades a serem exploradas no mercado.

Relacionado ao estímulo ao empreendedorismo, nosso país é muito carente, pois não existem muitas escolas e organizações que trabalhem neste ramo. O conhecimento tributário e trabalhista, a influência familiar, o estudo, poucas opções de financiamento e falta de capacidade empreendedora são fatores que minimizam o desenvolvimento dos empreendedores. Em resumo, não basta apenas uma boa ideia para abrir um novo negócio, é preciso ter conhecimento de tudo que envolve este meio. (TAJRA, 2011)

Mas para empreender é necessário ter espírito empreendedor. Chiavenato (2012) mostra que o empreendedor deve possuir sensibilidade aos negócios, sabendo identificar e aproveitar oportunidades a favor de si mesmo e da sociedade a sua volta. Além disso, é necessário ser um bom líder e saber como ninguém trabalhar em equipe. Ainda, autoconfiança e disposição para assumir riscos são indispensáveis. Caso o empreendimento seja feito por necessidades pessoais, Lenzi (p. 9) nos mostra que:

O empreendedorismo por necessidade é considerado, em regra geral, como negativo, pois demonstra que muitos empreendimentos são criados apenas por necessidades pessoais do proprietário, sem considerar as necessidades do mercado.

2.1. Avaliação da ideia empreendedora

Desta maneira, Sertek (2012) salienta a necessidade do empreendimento atender ao mercado e às exigências do consumidor visto que estes estão cada vez mais criteriosos em suas preferências e escolhas e levando em conta também a grande competitividade imposta no mercado atualmente. Assim, é necessário se adequar às demandas do mercado a fim de oferecer aquilo que o mesmo quer.

Biagio (2012) equipara empreender a subir uma escada onde a cada degrau é possível descobrir a fundo o sentido desta palavra. Assim, ao subir a escada é necessário fazer uma auto avaliação, identificando se existem características do espírito empreendedor bem como verificar se haverá empenho na busca pelos resultados desejados. No meio do trajeto é preciso olhar pra trás e reavaliar os pontos já vistos, pois é preciso ter certeza absoluta do que se quer devido à dedicação necessária ao empreendimento. Análises relacionadas ao investimento e retorno serão necessárias assim como conhecer a concorrência que o espera.

Assim, Chiavenato (2012) complementa que o sucesso de um negócio está aliado a dois pontos chave: uma boa ideia, oportuna e apropriada vinculada ao espírito empreendedor que a leve adiante. Sendo assim, se faz necessário saber aproveitar oportunidades, assumir responsabilidades e desafios, tomar decisões além de manter um bom planejamento do negócio e avaliar o aporte financeiro necessário para levá-lo adiante.

Empreender significa criar algo novo, mesmo que seja para alavancar uma empresa já existente ou criar uma nova em um mercado já atuante, mas a nova ideia deve ser estimada no mercado e para isso é necessário dedicação e compromisso. Além do mais é preciso ser ousado, tomando decisões críticas, assumindo riscos calculados (CHIAVENATO, 2012).

3. Contabilidade Gerencial e suas informações.

A contabilidade, segundo Müller (2007), é definida como a ciência que estuda a evolução do patrimônio de uma pessoa, seus efeitos e reflexos, seu crescimento, sua administração e seu futuro. É através desta ciência que serão geradas informações pertinentes aos sócios, acionistas, colaboradores além do próprio

governo com o auxílio na emissão de notas fiscais e questões tributárias. Percebe-se então, que a contabilidade vai muito além da legalização de empresas.

É muito comum que profissional da contabilidade seja procurado apenas para que leis fiscais e trabalhistas não sejam infringidas. Porém existem informações importantíssimas que só este profissional pode fornecer como desempenho financeiro e econômico, a evolução patrimonial e o planejamento orçamentário e avaliação do negócio. Assim como as outras ciências, a contabilidade evoluiu de acordo com o surgimento de novas necessidades. Hoje vivemos a era da contabilidade estratégica que é a responsável por emitir informações de grande relevância para o planejamento estratégico empresarial. (PADOVEZE & MARTINS, 2014). Müller (2007, p. 3) diz:

A atividade administrativa visa à combinação dos recursos da empresa ou de terceiros para o cumprimento da meta, que, em geral, consiste no lucro. (...) A Contabilidade capta dados, processa-os e os fornece aos seus usuários na forma de demonstrativos contábeis ou relatórios.

Crepaldi e Crepaldi (2014) apontam que pesquisas que muitas micro e pequenas empresas não chegam a seis anos de vida, causando impactos sociais como o desemprego, prejuízo ao governo nas três esferas e aos investidores. A mortalidade é consequência da falta de planejamento do negócio e, no entanto, para ajudar os investidores e administradores, a contabilidade pode dar orientações fundamentais como análises de compras e vendas, os tributos devidos e despesas, por exemplo.

3.1. Relatórios Contábeis e o desenvolvimento da entidade

Conhecer o desempenho da empresa e saber qual a origem dos recursos e onde estão sendo aplicados é muito importante na gestão empresarial. Para responder a essas perguntas é preciso ter em mãos pelo menos os principais relatórios contábeis que são o Balanço Patrimonial, a Demonstração de Resultado do Exercício, a Demonstração do Fluxo de Caixa e Notas Explicativas. (CHING, 2006).

Informações que auxiliam na gestão empresarial, ainda em concordância com Ching (2006), são destinadas ao público interno (colaboradores, diretoria, gerencia,

etc.) e podem ser obtidas com auxílio da Contabilidade Gerencial que é um ramo da ciência contábil voltado à emissão de relatórios que auxiliam no planejamento, controle e avaliação do desempenho da empresa. Através dela é possível tomar decisões que envolvam o futuro da empresa não deixando de levar em conta o presente da entidade. Sendo assim, uma boa contabilidade gerencial pode levar a empresa a outro patamar.

Almeida (2010) mostra que um dos principais objetivos da contabilidade é fornecer dados que auxiliem na visualização da posição financeira da empresa em determinada data. Estes dados estão contidos no balanço patrimonial, pois mostra os direitos, deveres e o patrimônio líquido que a empresa possuiu naquele momento. O ativo compreende bens e direitos da empresa bem como onde estão sendo aplicados os recursos que são captados enquanto o passivo mostra a origem desses recursos, ou seja, os fornecedores, os financiamentos e a obrigação de pagá-los. O patrimônio líquido é o resultado da equação patrimonial “Ativo – Passivo = Patrimônio Líquido”, evidenciando o capital próprio da empresa. Sendo assim, Yamamoto et al (20xx, p. 7), complementam:

O Balanço Patrimonial é uma demonstração estática que fornece informações sobre a situação patrimonial e financeira da entidade, possibilitando a obtenção de indicadores de liquidez, endividamento, estrutura de financiamento, concentração de dívida, entre vários outros possíveis.

Em relação à Demonstração do Resultado do Exercício, Marion (2009) mostra que tal declaração nada mais é que um resumo das despesas e receitas em dado período. Nela são subtraídas das receitas as despesas para que seja indicado o resultado final, que pode ser lucro ou prejuízo. Excelente ferramenta de auxílio à tomada de decisões, a DRE fornece dados importantes como o destaque das despesas por grupo, os lucros obtidos e impostos pagos.

Blatt (2001) destaca a importância da DRE ao mostrar que através dela é possível visualizar o desempenho econômico da empresa e entender como foi composto o resultado do exercício. É por meio da DRE que se torna possível conhecer o desempenho da instituição através das três etapas que percorre: lucro bruto, operacional e líquido. Sendo o primeiro o faturamento líquido deduzido dos custos de mercadorias, serviços e depreciação. O segundo é a diferença entre lucro bruto e despesas operacionais, evidenciando o poder de geração de caixa da

empresa com recursos próprios. E por último o lucro líquido que é o resultado líquido da empresa, a receita bruta menos todas as despesas e custos incorridos. O CPC 03 (R2) dá todo o detalhamento e orientação sobre o fluxo de caixa e ainda detalha seu objetivo:

Informações sobre o fluxo de caixa de uma entidade são úteis para proporcionar aos usuários das demonstrações contábeis uma base para avaliar a capacidade de a entidade gerar caixa e equivalentes de caixa, bem como as necessidades da entidade de utilização desses fluxos de caixa.

Ainda de acordo com o CPC, quando usada em conjunto com as demais demonstrações, a DFC fornece informações que permitem a avaliação de mudanças na estrutura financeira da entidade bem como a mudança nos ativos líquidos e a capacidade da empresa de se adaptar a mudanças. Também permite avaliação do desempenho operacional através do acompanhamento da relação entre lucratividade e fluxos de caixa líquidos, levando em consideração o impacto das mudanças de preços.

Podemos observar que a DFC traz os fluxos de caixa do período de acordo com as atividades operacionais, de investimento e de financiamento. As atividades operacionais são derivadas das principais atividades da empresa e o seu fluxo mostra a sua capacidade de amortizar empréstimos, pagar dividendos. Atividades de investimento devem ser demonstradas em separado por mostrarem as aplicações feitas pela empresa a fim de gerar lucros e futuros fluxos de caixa, tais aplicações resultam de desembolso de ativos e só assim podem ser classificadas em investimentos. Por fim, com o fluxo das atividades de financiamento é possível observar o quanto a empresa precisa para financiar suas atividades. (CPC 03 R2)

As notas explicativas, de acordo com Almeida (2010), contêm informações que propiciam aos leitores entender as informações contábeis bem como os critérios usados para sua elaboração. O CPC 26 R1 mostra que essas notas devem conter informações pertinentes à base para elaboração dos relatórios emitidos pela contabilidade e ainda oferecer informação extra que seja relevante, mas não tenha sido divulgada nas demonstrações contábeis. Devem ser apresentadas em concordância com a demonstração e devem seguir critérios estabelecidos pelo referido CPC para que seja uniforme em qualquer entidade.

Tomando como base tais relatórios, a Contabilidade Gerencial norteia os gestores da empresa no tocante ao seu sistema operacional, gerencial e estratégico. Sendo assim, sua função operacional é a de orientar os colaboradores da área comercial ou de produção tomando como base informações quantitativas como os custos dos produtos. A função gerencial que auxilia os gerentes com questões que envolvam, por exemplo, informações sobre o resultado da produção ou cada produto isolado. Por fim, em sua função estratégia, a contabilidade gerencial dá suporte aos executivos no processo de tomada de decisões onde são usados os relatórios contábeis mencionados anteriormente, dentre outros. (MARION & RIBEIRO, 2011)

Ching et al (2007) mostram que no tocante aos custos podem ser classificados em fixos e variáveis. O primeiro se mantém instável independente do volume de produção já o segundo varia de acordo com as unidades produzidas. Conhecê-los é importante para medir a quantidade de recursos que podem proporcionar e consequentemente analisar se valem à pena ou não. Quando o custo de um produto se iguala à receita o lucro é zero, sendo conhecido como ponto de equilíbrio. Através do ponto de equilíbrio podemos medir se a possibilidade da empresa obter lucro ou prejuízo. Sendo assim, se torna possível definir uma margem de segurança que estabelece o quando as vendas podem diminuir antes do prejuízo. Em relação ao processo de produção, Ching (2006, p. 15):

Uma organização diferencia-se de outra pela maneira como organiza e gerencia a sequência de atividades e processos que cria, e também como faz e entrega um produto ou serviço a seus clientes. (...) Portanto, entender a natureza e a razão de uma atividade é fundamental para agregar valor ou adicionar custo ao cliente.

Após a emissão dos relatórios contábeis começa-se a análise dos mesmos (MARION & RIBEIRO). A análise interna avalia comportamento econômico financeiro da empresa e é feita por meio das principais demonstrações contábeis que foram abordadas que permitem que sejam calculados indicadores como o índice de liquidez, rentabilidade... e sua interpretação e análise, a fim de que sejam comparados com os padrões de empresas do mesmo ramo para emissão de relatórios pertinentes a tomada de decisões.

Desta maneira, podemos perceber o quão importante é a Contabilidade Gerencial na vida das empresas, principalmente nas micro e pequenas

empresas, pois como muitas das vezes seus gestores não têm muito ou nenhum conhecimento, ela fornece informações claras e objetivas que vão de acordo com a necessidade de cada usuário possibilitando seu entendimento sobre o desenvolvimento do negócio e sua situação financeira. (CREPALDI & CREPALDI)

Referências:

PADOVEZE, C. L.; MARTINS, M. A. M. **Contabilidade e Gestão para Micro e Pequenas Empresas**. 1. ed. Curitiba: InterSaber, 2014.

SOUZA, Karina Santos de. **As atividades econômicas que predominam entre os pequenos negócios**. SEBRAE, 2016. Disponível em: http://www.sebrae.com.br/Sebrae/Portal%20Sebrae/Anexos/bep_agosto2016.pdf Acesso em: 01 de set. 2016.

SEBRAE. **Faturamento mensal das MPE no Brasil (maio/16)**. Disponível em: <http://www.sebrae.com.br/Sebrae/Portal%20Sebrae/Anexos/faturamento-mensal-mpe-maio2016.pdf> Acesso em: 01 de set. 2016

BRASIL. Constituição Federal. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/Constituicao/Constituicao.htm Acesso em: 05 de set. 2016.

BRASIL, Lei Complementar nº 123, de 14 de dezembro de 2006. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/LCP/Lcp123.htm Acesso em 05 de set. 2016.
MAXIMINIANO, Antonio Cesar Amaru. **Empreendedorismo**. 1. ed. São Paulo: Pearson Prentice Hall, 2012.

BIAGIO, Luiz Arnaldo. **Empreendedorismo: construindo seu projeto de vida**. 1. ed. Barueri: Manole, 2012.

MARIANO, S. R. H.; MAYER, V. F. **Empreendedorismo: fundamentos e técnicas para criatividade**. 1. ed. Rio de Janeiro: LTC, 2011.

TAJRA, Sanmya Feitosa. **Empreendedorismo: conceitos e praticas inovadoras**. 1. ed. São Paulo: Érica, 2014

CHIAVENATO, Idalberto. **Empreendedorismo: dando asas ao espírito empreendedor**. 4. ed. Barueri: Manole, 2012.

LENZI, Fernando César. **A nova geração de empreendedores**. 1. ed. São Paulo: Atlas, 2009.

SERTEK, Paulo. **Empreendedorismo**. 1. ed. Curitiba: InterSaber, 2012.

BIAGIO, Luiz Arnaldo. **Empreendedorismo**: construindo seu projeto de vida. 1. ed. Barueri: Manole, 2012.

DEGEN, Ronald Jean. **O empreendedor**: fundamentos da iniciativa empresarial. 1. ed. São Paulo: Makron Books, 1989.

MÜLLER, Aderbal Nicolas. **Contabilidade básica**: fundamentos essenciais. 1. ed. São Paulo: Pearson Prentice Hall, 2007.

CREPALDI, Silvio Aparecido; CREPALDI, Guilherme Simões. **Contabilidade Gerencial**: teoria e pratica. 7. ed. São Paulo: Atlas, 2014.

CHING, H. Y. **Contabilidade Gerencial**: novas práticas contábeis para a gestão de negócios. 1. ed. São Paulo: Pearson Prentice Hall, 2006.

ALMEIDA, Marcelo Cavalcanti. **Curso básico de contabilidade**. 6. ed. São Paulo: Atlas, 2010.

YAMAMOTO, M. M.; PACCEZ, J. D; MALACRIDA, M. J. C. **Fundamentos da Contabilidade**: a nova contabilidade no contexto global. 1. Ed. São Paulo: Saraiva, 2011.

MARION, José Carlos. **Contabilidade Básica**. 10. ed. São Paulo: Atlas, 2009.

BLATT, Adriano. **Análise de Balanços**: Estruturação e avaliação das demonstrações financeiras e contábeis. 1. ed. São Paulo: Makron Books, 2001.

MARION, José Carlos; RIBEIRO, Osni Moura. **Introdução à Contabilidade Gerencial**. 1. ed. São Paulo: Saraiva, 2011.

CHING, H. Y.; MARQUES, F.; PRADO, L. **Contabilidade e Finanças para não especialistas**. 2. ed. São Paulo: Pearson Pretince Hall, 2007

Anexo

CF – Constituição Federal

COFINS – Contribuição para o Financiamento da Seguridade Social

CPC – Comitê de pronunciamentos Contábeis

CPP – Contribuição Patronal Previdenciária

CSLL - Contribuição Social sobre o Lucro Líquido

EPP – Empresa de Pequeno Porte

ICMS – Imposto sobre Operações Relativas à Circulação de Mercadorias e sobre Prestações de Serviços de Transporte Interestadual, Intermunicipal e de Comunicação

IPI – Imposto sobre Produtos Industrializados

IRPJ – Imposto de Renda Pessoa Jurídica

ISS – Imposto sobre Serviços

ME – Micro Empresas

PIS – Programa de Integração Social

SEBRAE – Serviço Brasileiro de Apoio às Micro e Pequenas Empresas